



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 26 de fevereiro de 2016

N.º 1/2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Catarina Maria Pinheiro Pereira, João Gordo Martins, Nuno Miguel Batista Lopes, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Nuno Filipe Cação Marques e Joaquim Manuel Carvalho Marcelino.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Maria Júlia Rodrigues Fernandes de Oliveira Alves da Silva e Paulo Rui Santos Reisinho Valdez.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Manuel Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Fernando Jorge de Oliveira Paulino em substituição de João Manuel Teixeira de Assunção Ribeiro (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1) e António Miguel Costa Ferreira em substituição de Luis Filipe Alexandre Rodrigues (conforme documentos arquivados em

B-

pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3). Pediu substituição o Sr. Vereador Paulo Alexandre Cruz Lopes (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de renúncia, Ana Sofia Crispim Rosado e Eduardo Jaime Santos Florindo, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 e 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de suspensão Jerónimo Manuel Fragoso Lopes e Anita da Conceição Birrento Vilar, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 e 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires e Esmeralda Costa Marques, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Ilídio Fernandes Ferreira e Arménio da Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 13 a 15, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedido de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães e Fernando Manuel Monteiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 16 e 17, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada de AC apresentou o pedido de substituição a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, Celestina Maria Agostinho Brito Neves, tendo sido substituída pelo Tesoureiro David José Matias Marques, conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião de Setúbal Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pela Secretária Mónica Maria Cabaço Leitão, conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Lídia Soares Pinto, verificou-se a sua legitimidade e a identidade, pelo que se procedeu à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata.

13.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Mário Jorge Pereira Gamito Gomes, verificou-se a sua legitimidade e a identidade, tendo de imediato pedido a sua substituição, conforme documentos registados sob o n.ºs 21 e 22, arquivados em pasta anexa à presente ata. Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Maria Helena Crispim Pratas, verificou-se a sua legitimidade e a identidade, pelo que se procedeu à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata. Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua legitimidade e a identidade, pelo que se procedeu à respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição. Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Reis Paulino Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição. Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

Submetido a votação, foi o projeto de ata n.º 5/2015, de 18 e 21 de dezembro de 2015, aprovado por maioria e em minuta com duas abstenções.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Mesa informou que havia quatro cidadãos inscritos para intervir, conforme documentos registados sob os n.ºs 25 a 27, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Manuel Ryder – Vivo em Azeitão fez agora cinco anos. Os factos que coloco à vossa consideração estão profusamente documentados.

Em 10 de Março de 2015, por volta das 15.30, fui surpreendido pela presença de alguém que, junto ao meu portão de entrada do carro captava imagens do interior da minha casa. Era uma equipa de fiscalização urbanística.

Num registo de cariz totalitário, a Câmara invade-nos a privacidade, destabiliza-nos e antecipa a ameaça de mais um ataque sob a forma de taxa, taxinha ou outra qualquer medida que, alguns dias depois fiquei a conhecer.

Tudo isto se torna, ainda, mais escandalosamente grave quando é precisamente em frente a minha casa que a Câmara Municipal de Setúbal não cumpriu com a acordada — e paga — intervenção para criação de passeio e estacionamento, já lá vão mais de catorze anos. Este

13.

flagrante incumprimento camarário condena-nos à degradante, poeirenta e lamacenta exposição de um autêntico "baldio" à porta de casa. É degradante, no mínimo...

O mesmo se passa alguns metros acima da minha casa, na mesma rua, em que uma proprietária terá pago à Câmara, no já distante ano de 1996, a quantia de 1.895.250\$00 (Um milhão, Oitocentos e Noventa e Cinco Mil, Duzentos e Cinquenta Escudos), quase €10.000, para criação de passeio, e que também nada foi realizado, apesar das suas muitas insistências e instâncias junto dos vossos serviços.

De tudo isto dei conta à autarquia, sem ter merecido qualquer resposta. Mas a minha carta ficou apenas ao processo de obra da minha casa. Processo 505/99.

Entretanto, poucos dias depois, sou informado de uma atualização em alta do IMI. Ao procurar entender a razão desse aumento, descubro que, afinal, a minha casa constituía uma fração autónoma de um prédio em propriedade horizontal, em desconformidade real com o que consta no projeto. Em 7 de Abril escrevo ao cuidado da Presidente da Câmara dando conta da descoberta e solicitando que se desencadeasse a regularização da situação. (não obtive resposta)

Em 14 de Abril seguinte eu e dois vizinhos recebemos a visita de três fiscais da Câmara. Uma das senhoras permitiu-se chamar-me mentiroso e impedir-me de falar na minha própria casa. Porquê? Porque me limitei a informar que as desconformidades ao projeto que eu próprio descobri e denunciei dias antes correspondiam à configuração das propriedades, com os muros de divisão e com os portões patentes, tal como haviam sido licenciadas pelos serviços competentes da Câmara em 2001/2002. Tudo isto é confirmado pelos moradores originais, por vizinhos e pelo próprio empreiteiro. As licenças de habitação foram então emitidas, porque os pareceres dos fiscais inscritos no processo de obra, garantiram a conformidade do edificado ao projeto.

Entretanto, o relatório da fiscalização efetuada concluiu que para além das duas piscinas dos meus vizinhos e de uns pequenos anexos, eram ilegais os dois muros, de vinte metros cada, que dividiam a três propriedades, bem como quatro portões servindo as duas frações dos meus vizinhos. Os meus portões estavam em conformidade com o projeto e o meu telheiro não tinha relevância urbanística.

Na resposta ao relatório da fiscalização, de nada valeram as alegações dos três proprietários sobre a sua inocência nas desconformidades elencadas. Seguem-se processos contraordenacionais contra os três moradores acusados da realização de obras ilegais, as mesmas que haviam sido licenciadas pela Câmara muitos anos antes: em 2001 e 2002.

Da decisão de um dos dois processos de contraordenação que me foram instaurados, fui condenado ao pagamento de 351,00€, porquê? Porque fui cúmplice da construção das duas piscinas dos meus vizinhos. Apesar das piscinas existirem desde 2001 e de eu só ter adquirido a minha casa no final de 2010 - ou seja, nove anos depois - sou considerado culpado por ter assistido à construção das piscinas e não me ter oposto à respetiva edificação...

Ainda aguardo a decisão sobre o segundo processo contraordenacional

O meu vizinho do lado - infelizmente falecido há três semanas - apanhou uma multa de €700,00, e o casal francês que comprou a sua casa em 2014, e que também nada tem a ver com estas trapalhadas, apanhou com uma coima de €1.000,00.

Como diria a minha mãe: "contado ninguém acredita!"

A mim parece-me KAFKIANO! Se não vejamos:

Se as imagens Google que serviram de fonte de informação aos serviços, e que permitem datar as "alegadas ilegalidades" em, pelo menos, 2002, com que fundamento legal vem a Câmara cobrar coimas sobre contraordenações que, a sê-lo, já estão prescritas há uma catrefada de anos, de acordo com o Decreto-lei 433/82 e com a Lei 109, de 2001. Esta cobrança indicia

má-fé e procura aproveitar-se da ignorância dos munícipes. Aliás, a Provedoria de Justiça a quem este assunto foi apresentado, confirmou que existe prescrição.

E não é estranho que só agora, passados catorze anos, tenha sido detetada pelos vossos serviços a desconformidade ao projeto?

Então, o que andou a fiscalização a fazer durante todos estes anos?

É que tão grave omissão permitiu que fossem induzidos em erro e, assim, lesados os proprietários que de boa-fé adquiriram as propriedades, tal como as escolheram e avaliaram, confiantes na sua conformidade legal. Entretanto, os três proprietários já gastaram uns milhares de euros na regularização de um processo do qual foram meras vítimas. Vítimas da incúria municipal.

Mudando de tema. Em Outubro passado a minha filha, então com quatro anos, fugiu do infantário de Vendas de Azeitão, e só por acaso pude tirá-la do meio da estrada na sua inocente fuga ao meu encontro.

Até hoje, não se dignou a Divisão de Educação de corrigir a grave falha de segurança naquele infantário; nem se dignou dar qualquer explicação ao pai, apesar dos meus diversos contactos nesse sentido. Esteve-se nas “tintas” para a segurança das crianças que lhe foram confiadas.

Setúbal apresenta-se como um Município Participado: fiscalmente, talvez, e muito! Demasiado!

Porque, no que concerne ao respeito pelos munícipes e pelos seus direitos, lamento afirmá-lo, não serve de exemplo para ninguém.

Presidente da Mesa – Ficaram as suas palavras, naturalmente com o devido registo, por parte da Assembleia, deste fórum que verdadeiramente não tem capacidade de intervenção direta na questão, no entanto, foi ouvido seguramente pelo executivo.

Rui Amaro – Venho a esta reunião de Câmara questionar alguém com a respetiva responsabilidade pelos arranjos urbanísticos e de arruamentos desta cidade de Setúbal.

O que pode a autarquia fazer pelo arranjo e embelezamento e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades de estacionamento de automóveis numa vasta área perto dos Quatro Caminhos e que tem como designação toponímica Azinhaga dos Espanhóis.

Há cerca de um ano e por iniciativa individual encetei uma longa, sinuosa e aparentemente bem-sucedida luta pelo direito que todo o cidadão tem a uma média de 8 horas de sono por noite, pois no interior de uma tosca e clandestina capoeira de generosas dimensões, situada nas traseiras do prédio em que resido, no final da rua Camilo Castelo Branco, o seu proprietário, José Miguel, entretanto falecido em Agosto de 2015, persistia obstinadamente em alojar no interior dessa mesma barraca ou grande capoeira um considerável conjunto de muitos galos, talvez entre seis a doze destas aves de capoeira.

Finalmente durante a primeira semana de agosto, o filho deste Sr. José Miguel acima mencionado e após muita insistência e numerosas cartas de protesto da minha parte a reclamar desta insólita e ruidosa situação, para quem quer e precisa de um bom descanso durante as horas normais para o fazer, decidiu-se ele mesmo por colocar um fim à vida de todos os galos que habitavam no interior dessa mesma barraca.

Apenas em parte resolvido este problema do madrugador ruído provocado pelos galos, alguém de uma outra barraca não muito distante da do Sr. José Miguel, resolveu entretanto albergar no seu interior mais um ou dois galos à sua conta, embora estes últimos não sejam já tão incómodos quanto os anteriores.

O desafio que eu proponho, é o de alguém com competência para tal de digne mandar deitar abaixo todas as barracas e edificações clandestinas, em toda a área da Azinhaga dos Espanhóis e realizar um profundo e efetivo arranjo urbanístico a esta zona da cidade, que tem até direito

a nome de via pública, mas que permanece ainda num estado muito anárquico, ao estilo de baldios e sem um correto aproveitamento por parte dos setubalenses de uma forma geral.

Jorge Sacramento – Nós, Associação Marítima-Turística de Setúbal, gostaríamos de pedir a V. Exas., que intercedessem pelo nosso pedido, que se baseia unicamente na segurança das nossas embarcações de operadores turísticos, que operamos há dezenas de anos nesta cidade. Estamos estacionados na perpendicular do molhe nascente da Doca dos Pescadores. A APSS informou que nos quer colocar no molhe exterior e ainda por cima estacionados de braço dado, o que revela um total desconhecimento do mar, para fazer o cais dois, no local das nossas embarcações, para pôr o Maravilha do Sado (embarcação da autarquia). A Administração do Porto de Setúbal sabe, porque fez um levantamento, que o ordenamento da Doca-Pesca cabem as nossas onze embarcações, porque existem dezenas, talvez mais de uma centena de embarcações de recreio, que não têm nenhuma atividade. Nós, pequenas empresas e forças vivas da nossa cidade, pedimos mais uma vez, às Senhoras e aos Senhores eleitos, que intercedam a nosso favor, junto da autarquia e da Administração do Porto de Setúbal.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

José Luis Barão (PS) – A questão que vou colocar já foi alvo de perguntas por parte do Sr. Vereador Fernando Paulino em sede de Câmara Municipal, também saíram notícias na comunicação social sobre este assunto. Qual é a resposta imediata que o executivo municipal pretende dar, à questão relacionada com a curva que faz a ligação entre a Av. Europa e a Av. dos Ciprestes?

Nesta fase temos assistido a vários acidentes graves, por isso deve existir uma resposta urgente da parte do município, porque está em causa não só a integridade física das pessoas, que são automobilistas, porque é colocado em causa as insuficiências daquela via de comunicação. Para além dos danos constantes naquela artéria da cidade, é necessário proteger os bens do próprio património público, que constantemente tem que ser intervencionado, por existirem acidentes naquele local.

Pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que diligenciasse junto do comando distrital da PSP de Setúbal, para que informasse sobre o número de acidentes que estão registados naquela curva, que faz a ligação entre a Av. dos Ciprestes e a Av. Europa. A Câmara Municipal reconheceu publicamente que existiam problemas naquela via de comunicação e por estas razões, solicitava ao Sr. Presidente que se diligenciasse no sentido de oficial o Comando Distrital da PSP, para que fornecesse e habilitasse os eleitos locais de informação, que permitisse uma melhor avaliação daquilo que se passa naquele local.

Presidente da Mesa – É uma questão, se bem me lembro, que já foi abordada na última reunião de Câmara. É de facto uma preocupação, é confirmado que abunda naquele local os acidentes.

A sinistralidade rodoviária é neste momento mais um dos itens que está sob a alçada do Conselho Municipal de Segurança, seguramente que esse tipo de questões será analisado e alguma resposta será dada, no sentido de satisfazer a sua pretensão.

Manuel Esteves (PS) – Estou solidário com a minha Presidente de Junta, por reconhecer o trabalho que tem feito por Azeitão. Estou com ela pela recuperação nas rotundas, em especial em Brejos de Azeitão. A mega rotunda que foi recentemente inaugurada está bonita e é assim que os azeitonenses reconhecem.

As obras continuam em Azeitão e eu fico muito satisfeito por ver as melhorias que se estão a fazer, pena que seja tudo na área de Vila Nogueira de Azeitão. O mercado está a ser restaurado, o novo edifício da Junta também já foi inaugurada e agora estão a fazer novas obras no Rossio. Por isso interrogo-me novamente, porque “quem não se sente, não é filho de boa gente”. Também sou de Azeitão, mais propriamente de Vendas de Azeitão e há dois anos que venho reclamando que a minha rua está esburacada, as sargetas estão entupidas os sumidouros estão inclinados e não escoam devidamente as águas, por essa razão, ainda hoje tomei um banho com a passagem de uma viatura. As coisas continuam na mesma e têm vindo a piorar, porque em dias de chuva não se pode circular a pé no largo de Vendas de Azeitão.

O final da Rua Francisco Rodrigues Simões termina num paredão que pertence a uma propriedade privada, significa que todas as águas pluviais se encaminham para aquela zona sem escoamento. Esta situação já foi denunciada à Câmara e à Junta em 2014. De acordo com a resposta do GAF diz o seguinte: *“No seguimento do e-mail dos nossos serviços, informamos que na Rua Francisco Rodrigues Simões não tem coletor pluvial, pelo que não é possível melhorar a recolha das águas. Temos previsto executar duas lombas para encaminhar as águas para a Rua do Poço, o que ainda não se concretizou por falta de meios”*. A pessoa que mora ao lado do referido paredão já teve água dentro de casa, com uma altura de dois metros. Antigamente havia o encaminhamento das águas que vinham da serra e cada vez que os terrenos são ocupados por estradas e por passeios, mais água surge naquela zona. As águas vão-se infiltrando até apanhar o paredão e já se abriram dois buracos. Devido a esta situação os vizinhos têm andado em guerra. As águas vêm do lado da cooperativa, cujo passeio é ligeiramente inclinado passam na Rua Francisco Rodrigues Simões que cruza com a Rua dos Trabalhadores. Todo o loteamento que foi feito na parte de cima desta Aldeia não tem um sumidouro e toda a água que ali cai, embala na estrada e fica retida na Rua Francisco Rodrigues Simões, por isso sugiro que se coloquem naquele local alguns dos sumidouros que tenham capacidade para fazer o escoamento das águas, caso contrário a Câmara irá ter muito brevemente problemas com aqueles moradores.

O passeio entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão continua esburacado, o que dificulta a passagem dos peões que se deslocam naquela zona.

Fiquei satisfeito pela aprovação por parte da Câmara, de considerar de interesse municipal, o Palácio da Comenda. Não façam o mesmo que fizeram ao Parque de Campismo do Outão, que cada vez se encontra em pior estado de conservação, ao fim destes três últimos anos de completo abandono, estando sujeito ao vandalismo.

Henrique Guerreiro (BE) – A nossa bancada espera que durante esta sessão a Sra. Presidente possa tecer alguns comentários sobre as três questões que aqui foram colocadas pelos cidadãos, uma vez que se tratam de três questões relevantes. Os cidadãos recorrem a este espaço da Assembleia Municipal quando sentem que os problemas que os afetam, não têm tido resolução. Cabe a nós esse dever, embora não tenhamos capacidade nem a responsabilidade de resolver nenhum desses problemas, porque não somos um órgão executivo, no entanto, devemos de chamar a nós os problemas destes nossos concidadãos e interpelar o executivo sobre o seu desenvolvimento. O Bloco de Esquerda não abdica de o fazer e convida todos os Grupos Municipais a exercerem essa atividade. Não é uma atividade partidária, mas uma atividade de resposta àquilo que são os problemas dos cidadãos, de outra

B

forma as pessoas deslocam-se a esta Assembleia, vão para casa e o assunto fica exatamente como estava, adormecido, sem qualquer expressão pública no seu desenvolvimento. As três intervenções foram feitas de cariz diferente, apresentando problemas diferentes, sendo um deles relacionado com o ordenamento e arranjo exterior numa artéria da cidade, cuja zona conheço a necessidade de intervenção. O nosso concidadão de Azeitão levanta um conjunto de problemas, mesmo que 10% sejam verdade, da forma como foram narrados são de uma enorme gravidade, por isso devemos interrogar: Como é isso possível?

Os nossos concidadãos que trouxeram os seus problemas sobre as suas embarcações, a forma onde estão e a forma para onde os pretendem colocar e as razões, porque pretendem colocar naquele espaço, levantam-nos as mais sérias preocupações, da forma como são tratadas as atividades autóctones da nossa região. Há poucas atividades ligadas ao mar, cabe a nós e ao executivo essa responsabilidade de procurar apoiar essas atividades.

Estou seguro que a Senhora Presidente vai-se referir às três questões aqui levantadas, no entanto queremos dizer-lhe que não deixaremos de continuar a acompanhar estes três temas.

A segunda questão que pretendo levantar está relacionada com uma carta que enviei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a qual já foi enviada ao executivo e prende-se com a Chesetúbal. A Chesetúbal é uma cooperativa de habitação a qual todos conhecemos, de forma mais detalhada ou menos detalhada, que existe na cidade há largas décadas, foi criada numa altura complicada em que esta cidade era povoada por bairros de lata e com dificuldades gigantescas de habitação. A Chesetúbal dirigiu-se à Câmara Municipal, como tem feito em outros períodos, solicitando na qualidade de proprietária, a isenção de taxas e licenças, ao abrigo do nosso regulamento de taxas municipais, para 198 fogos na Azeda e 172 fogos na Quinta de Santo António. A Câmara Municipal responde a este pedido da Chesetúbal, numa carta datada de 2/11/2005, referindo um despacho de indeferimento que tinha sido produzido seis meses antes. A Câmara tomou uma decisão e seis meses depois comunicou aos interessados o seu indeferimento. Parece-nos um tempo excessivo entre uma deliberação do executivo e o conhecimento dos munícipes interessados.

Na carta que fizemos, interrogámos a Câmara sobre a fundamentação subjacente ao despacho do Sr. Vice-presidente, de indeferimento da solicitação apresentada pela Chesetúbal. De notar que, a Câmara Municipal de Setúbal sempre isentou a Chesetúbal de taxas e licenças (outra coisa não poderia ser). Se não for uma cooperativa de habitação com as características da Chesetúbal, a beneficiar de isenção de taxas, onde é que as vamos aplicar?

Pergunto à Câmara Municipal, se se deveu a um erro de apreciação, se o processo está em reapreciação? Se assim não é, o que é que motiva o atual executivo a mudar a postura, que os anteriores executivos municipais tiveram em relação à Chesetúbal?

João Luz (CDU) – A primeira questão que pretendo colocar é relativa a um conjunto de tomadas de posição, que no plano regional, o conjunto dos municípios têm vindo a tomar em torno da concretização de um conjunto vasto de investimentos na região de Setúbal, que os anteriores Governos adiaram sem se saber para quando, sem qualquer espécie de decisão concreta, que permitisse avaliar, do ponto de vista do planeamento local e regional, os passos seguintes a dar, para que fossem tomadas posições definitivas. Esta indefinição que tem gerado um conjunto de inseguranças, designadamente ao nível do planeamento regional, tem perante a abertura que este Governo tem para a inversão de um ciclo de austeridade, uma porta que permite antever um conjunto de novos investimentos que recolhem o país e no caso concreto a região de Setúbal, no caminho do desenvolvimento. Nesse sentido, o conjunto dos municípios da região de Setúbal, têm colocado junto de vários membros do Governo, algumas preocupações relativas a investimentos tão diversos, quanto o novo aeroporto de Lisboa, a travessia rodoferroviária Barreiro/Chelas, a rede ferroviária de alta velocidade, a plataforma



logística Poceirão/Marateca, o alargamento do porto de Lisboa e a necessária articulação com o porto de Setúbal, bem como a concretização do arco ribeirinho sul. Um conjunto muito vasto de investimentos têm sido sempre anunciados, mas nunca concretizados e a região de Setúbal continua à espera de saber o que se vai passar. Nos mesmos termos há que perceber, relativamente à trapalhada que o anterior Governo fez em matéria de sistemas multimunicipais, no sentido de reformular o Estado (uma grande reforma que iria pôr tudo isto em níveis máximos de eficácia e foi o desastre que se viu), com os sistemas multimunicipais de águas e saneamentos, sendo que no caso de Setúbal seriam agregados nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, com a privatização da EGF, detentora da maioria do capital social da AMARSUL. Nesse sentido, pergunto ao executivo municipal, se neste conjunto de questões tem havido algumas diligências junto do Governo, no sentido de tratar questões concretas do nosso concelho e em que medida é que essas preocupações têm tido resposta por parte dos membros do Governo, caso tenham sido contactados?

Neste exato sentido, ainda que com outra preocupação, uma pergunta ao executivo municipal, se conhece alguma iniciativa ou alguma intenção de voto dos partidos aqui representam a oposição, relativamente a uma matéria que está a ser apreciada na Assembleia da República, no quadro da discussão do Orçamento de Estado? O PCP, na Assembleia da República, apresentou uma proposta de diminuição da taxa máxima de IMI de 0,5% para 0,4%. No caso de Setúbal, independentemente das leituras que se possam ter sobre as obrigações decorrentes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, implicaria uma baixa imediata da taxa máxima de IMI aplicada. Não conhecendo nenhuma outra iniciativa, por parte de qualquer outra força política na Assembleia da República, a questão é de saber a nível do executivo municipal, se é conhecida alguma intenção de voto dos restantes partidos, admitindo aquilo que tem sido as negociações com o Partido Socialista que possa existir alguma abertura para esta matéria, porque relativamente ao conjunto das outras bancadas não conhecemos qualquer posição sobre esta matéria.

Uma última questão prende-se com um conjunto de notícias e intervenções que têm sido públicas, que estão relacionadas com a União de Freguesias de Setúbal. Não intervindo sobre as questões que dizem respeito à vida interna de uma outra Autarquia que não a do município de Setúbal, questiono o executivo e designadamente a Sra. Presidente, no sentido de perceber quais as consequências de um determinado chumbo a sucessivas propostas de orçamento, que têm sido apresentadas nesta Freguesia, que consequências é que isto pode ter relativamente ao protocolo de transferência de competências e naquilo que diz respeito ao alargamento de áreas delegadas, nomeadamente na área da higiene urbana. São questões que têm sido publicamente referidas. Estamos a tratar de matérias que foram aprovadas nesta Assembleia Municipal e também ao nível dos órgãos da freguesia, que não joga com o chumbo do instrumento que permitiria dar corpo à execução destas delegações aprovadas, quer no município quer na freguesia.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Quero deixar duas questões relativamente às intervenções do público. Uma das questões está relacionada com a situação da Azinhaga dos Espanhóis e com as obras que podem ser feitas nos bairros mais afastados do centro da cidade. Temos visto algumas obras e algumas intervenções na zona mais central da cidade, mas a zona dos bairros está um pouco esquecida e a Azinhaga dos Espanhóis é uma delas. A Sra. Presidente poderá indicar o que está previsto para aquela zona?

A área junto à escola Luisa Todi é um descampado que tem servido de lago para as gaivotas. Relativamente à questão levantada pelo público, relacionada com os operadores marítimos/turísticos do porto de Setúbal, queria deixar algumas perguntas à Câmara, reforçando aquilo que aqui já foi dito. A Câmara tem conhecimento desta situação?

13.

A Câmara sabe se a Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra se responsabilizará por eventuais custos, estragos e outros problemas que esta operação de mudança, ordenada pela mesma administração, possa causar aos operadores e às suas embarcações?

A Câmara tem em conta a segurança das pessoas e bens que possam participar nas atividades turísticas, promovidas por estes operadores?

Joaquim Marcelino (CDU) – Há um pedido dos moradores do Bairro da Brejoeira, de uma situação que se vai repetindo todos os anos e tendo em conta que nos vamos aproximar da floração daquelas árvores de grande porte, que libertam um tipo de algodão que invade todas aquelas casas, incluindo a própria escola da Brejoeira. Fica o pedido atempadamente para a poda das referidas árvores.

Carlos Batista (PS) – O complexo funerário do cemitério da Paz foi inaugurado há pouco mais de um ano, mas a empreitada também incluía a recuperação da Capela de Nossa Senhora da Piedade, no cemitério da Nossa Senhora da Piedade. Estamos em fevereiro de 2016, a empreitada teve início em 2011 e já lá vão quatro anos, pelo que gostaria de saber qual a situação da recuperação da referida capela? Recordo que esta capela, segundo o processo de empreitada estava orçada no valor de cento e dezasseis mil e seiscentos e noventa e dois euros. Gostaria de saber qual a situação da recuperação da Capela da Nossa Senhora da Piedade?

Várias vezes tenho falado nesta Assembleia sobre a questão dos Ecopontos, daqueles blocos enormes que dão uma poluição visual na nossa cidade. Recentemente passei por uma cidade perto dos arredores de Lisboa e verifiquei que existem Ecopontos subterrâneos, ficando apenas à vista um tipo de paralelepípedo com 70 cm de altura. Não sei quem é que fornece este tipo de equipamento, se é a AMARSUL se a Câmara Municipal, no entanto, deveríamos fazer um esforço, nas zonas em que estamos a recuperar a nossa cidade, colocar este tipo de equipamento. No Largo dos Combatentes em que foi feita uma intervenção bonita, encontram-se os atuais Ecopontos que estão perfeitamente a destruir aquilo que foi construído. Não sei se a Câmara tem possibilidade de exigir à AMARSUL a colocação de equipamentos dignos, no centro da nossa cidade ou se é a Câmara que os tem que adquirir, por essa razão gostava que me informassem sobre esta situação.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – O problema que foi aqui trazido pelos operadores da atividade marítimo/turística, não é só um problema dos operadores, mas também de quem usa estas atividades, pelas condições que elas têm na utilização desta oferta, quer na pesca desportiva quer na área dos passeios. Na qualidade de Presidente da União das Freguesias de Setúbal tive a possibilidade de falar com estes amigos e depois de conhecer o problema e todas as questões que aqui foram colocadas, nomeadamente as preocupações com a segurança, a mudança de local e as condições de acesso dos utentes a esta prática, diligenciei junto da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, no sentido de promover uma reunião com a administração do porto, que posteriormente seria alargada aos utentes marítimo/turística, no sentido de encontrar uma solução para a resolução deste problema. Percebendo que a APSS pretende do projeto que tem, que é dignificar o local, melhorando as condições de embarcamento dos utentes, mas também percebendo claramente as dúvidas que os operadores da atividade marítimo/turística têm em relação às condições de segurança que se colocam, nomeadamente no inverno naquele espaço que foi proposto para o efeito, conseguimos realizar uma reunião com a administração do porto e com uma delegação destes operadores, tendo-se encontrado um conjunto de condições para se poder concretizar a realização de ambas as pretensões. A APSS compromete-se a tomar as medidas que foram propostas por estes operadores, no sentido de melhorar a segurança (um compromisso do

Presidente Dr. Vitor Caldeirinha) e de se criarem as condições necessárias, inclusivamente o amaramente das embarcações e a utilização do espaço. Estávamos na fase do contributo dos operadores marítimo/turística em relação a estas condições, porque aquilo que me foi transmitido naquela reunião e na presença de três elementos desta comissão, por parte da administração do porto estavam na disponibilidade de criar os meios necessários de segurança, propostos por estes operadores.

Apesar de ser oportuna a colocação do problema nesta Assembleia, de referir que há condições no terreno para podermos encontrar os requisitos necessários, os quais consideramos muito importantes, para a dignificação desta atividade e para a cidade, porque atualmente é uma atividade que não está dignificada nem identificada e não tem as condições necessárias de segurança de embarcamento para os seus utentes. Perante uma cidade que pretende cada vez mais ter oferta para o turismo, nesta questão da vertente marítima, há todas as condições para continuar a desenvolver este papel. Estabelecer um local em que toda a gente saiba onde se pode embarcar, onde é que há a oferta, devidamente organizada e apoiada é muito importante para os utentes desta atividade.

Os operadores têm toda a razão quando reivindicam as condições mínimas de segurança, relativamente às suas embarcações. Lembrar que Setúbal tem inverno e tem verão, os meses de bom tempo são a esmagadora maioria do ano, mas pode haver três ou quatro momentos críticos durante o ano, em que as condições de segurança das embarcações possam estar em causa. Tudo isso foi previamente garantido pela APSS, até haver outras condições melhores no molhe, em dias de temporal as embarcações poderão vir para dentro do porto para terem condições de segurança. Nesse sentido a APSS irá colocar “caixões flutuantes” na outra zona da doca, que permitam criar condições de águas flutuantes mais calmas e onde estas embarcações terão mais segurança. Quem trabalha no mar sabe perfeitamente que não há condições de segurança garantidas no mar, ninguém consegue garantir que aquilo que hoje foi criado, amanhã o mar possa ultrapassar pondo em causa a segurança.

As questões que foram colocadas, com a experiência destes operadores, em que alguns deles têm uma vida dedicada ao mar e que conhecem o local e as dificuldades do local, foram bem acolhidas pela administração do porto. Continuarei disponível, tal como estive desde o primeiro dia, para convosco trabalhar e encontrar uma solução que vá de encontro às necessidades, quer dos operadores quer dos utentes desta atividade e certamente que ficaremos todos a ganhar. Fica a cidade a ganhar, porque tem uma zona predefinida onde esta atividade fica organizada, coisa que até há presente data não aconteceu, e ficam a ganhar os operadores, porque têm outras condições de trabalho que atualmente não têm.

O caminho passa por continuarmos a trabalhar, colocar as exigências concretas, tal como foi colocado na referida reunião. Os operadores iam colocar as necessidades concretas à administração do porto, para que a administração pudesse dar resposta a essas necessidades. Houve toda a abertura por parte do presidente do conselho de administração e como tal deveríamos utilizar essa boa vontade, no sentido da concretização deste projeto. Isto não quer dizer que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não tomem conhecimento deste problema, que não tenhamos em conta estas preocupações que as pessoas estão aqui a transmitir, no entanto, a solução efetiva do problema passa por este tipo de medidas que já começámos a tomar.

Teresa Andrade (PS) – Venho pedir um maior investimento na sinalização e inclusão nos roteiros culturais da nossa cidade, das livrarias e alfarrabistas tradicionais de Setúbal, nomeadamente a Livraria Culsete e Livraria Universo. Estamos num tempo em estas livrarias tradicionais se debatem com graves dificuldades financeiras e temos por todo o país exemplos da falência de espaços como estes, que são essenciais para a divulgação e para a história da

B.

nossa cidade, nomeadamente pelas edições de autor e pela poesia. Setúbal é uma cidade riquíssima na sua literatura e na sua poesia e isto faz parte de todos nós, por isso pedia uma melhor divulgação desses espaços, porque Setúbal merece e todos nós merecemos.

Nuno Marques (CDU) – Em nome da bancada queremos fazer uma saudação ao facto de recentemente a Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa da sua presidente, ter assumido a presidência do Clube das Mais Belas Baías do Mundo. Este é um facto relevante para a cidade. Setúbal integrou este exclusivo Mundial no final de 2002, por candidatura deste executivo municipal, em 2005 assumiu a vice-presidência deste clube para a Europa, agora obteve um mandato de três anos na presidência Mundial do clube. Sublinhar que isto é o reconhecimento deste clube, o que é muito importante não só por ser exclusivo, mas por ser apadrinhado pela UNESCO, porque cumpre os critérios da UNESCO para a preservação do património, e pelo reconhecimento do trabalho que Setúbal tem feito ao nível do desenvolvimento sustentável, sobretudo nas áreas do ambiente, do desenvolvimento e do incremento turístico, da cultura, da relação da cidade com o rio e da valorização da sua baía e das suas atividades associadas. É também o reconhecimento de uma liderança que é reconhecida amplamente por todos os membros do clube, que fica consubstanciado nesta eleição. Ainda que alguns tenham muitas dúvidas sobre isso, mas compreenderão que Setúbal e a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal não assumiriam a presidência deste clube, sem uma liderança forte e destacada no seio deste clube.

Uma segunda nota está relacionada com uma questão que foi aqui já levantada, que respeita à situação da União de Freguesias de Setúbal. Vou-me reportar enquanto membro desta Assembleia, enquanto munícipe e enquanto freguês desta freguesia. Esta Assembleia deve refletir com alguma preocupação um constrangimento, que é o não cumprimento do protocolo de descentralização de competências aprovado por esta Assembleia nesta freguesia cuja dimensão é sensivelmente metade da cidade. A Junta de Freguesia está inibida de cumprir uma parte dessas competências, porque apesar de ter aprovado essas competências, não pode verte-las no seu orçamento e por isso a Câmara Municipal não procede ao pagamento das prestações relativas a essa mesma delegação de competências. O que está em causa com maior relevância e com reflexos no orçamento municipal é a limpeza urbana. Por via da alteração legislativa e da reforma feita administrativamente, esta passou a ser uma freguesia gigantesca e por isso tudo ganhou escala, até nos problemas e o que está em causa nesta freguesia não é o orçamento, mas um problema que está por resolver desde o ano de 2013. Há uma força política que continua desde setembro de 2013 em negação, convive mal com a democracia e ainda não conseguiu entender que não ganhou as eleições para aquele órgão. A prova disso é que na primeira sessão da Assembleia de Freguesia, o Partido Socialista propôs imediatamente realização de eleições antecipadas. Aquilo que tenho registado enquanto munícipe, num contexto muito difícil, porque há uma fusão de três freguesias e como devem calcular é muito difícil aglutinar tudo isto, reorganizar os serviços e procedimentos, no entanto, esta Junta de Freguesia tem feito um trabalho que está próximo da excelência ou que é pelo menos muito bom. Julgo que isto é reconhecido pela população e pelas instituições da freguesia, certamente que é este o problema. Este chumbo consecutivo do orçamento sem razão plausível, porque não tem nada que ver com o orçamento, é apenas uma tentativa de paralisar a atividade da Junta de Freguesia, considerando que para o ano há eleições e que a Junta de Freguesia até tinha prevista no seu orçamento, a realização de grandes obras e de grandes ações que são do interesse da população da freguesia. Esta é a questão que está em causa, a população não vê com bons olhos as pessoas que colocam os interesses partidários e pessoais à frente dos interesses da população e saberá avaliar e castigar quem tem este tipo de atitudes. Deixo o apelo a todos os partidos que compõem a Assembleia de Freguesia e que estão representados

nesta Assembleia Municipal, para que refletissem bem e que procurassem trabalhar no sentido de haver entendimento para a resolução desta questão. Aquilo que deve de estar em primeiro lugar é o interesse público, o interesse da população, da freguesia e não é isso que tem sido colocado. Se isto continuar, os municípios desta freguesia não perdoarão a que tem esta responsabilidade.

Albérico Alho (BE) – Os contentores para a reciclagem tinham sempre anexados um pequeno contentor para as pilhas, considerado dos materiais mais nocivos que existem. Verifiquei que tanto no meu bairro como noutros bairros na cidade, não existiam um único local em que possamos depositar esses materiais altamente poluentes. O que se passou, para que tivessem sido retirados esses recipientes para depositar as pilhas?

No ano de 2012 foi público que a Câmara Municipal encomendou à empresa Augusto Mateus e Associados um projeto, a que chamou de “Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Setúbal até 2020”, um grande projeto de intervenção na cidade. Como até há data não soube notícias desse projeto, gostaria de saber qual o ponto da situação, se foi concluído ou se houve algum problema pelo meio?

Merece a pena que todos os nossos concidadãos venham a esta Assembleia colocar os seus problemas, é neste espaço cívico de intervenção que é possível começar a resolvê-los. Quando os nossos concidadãos, que estão à frente dos operadores marítimo/turístico, nos vêm trazer os seus problemas e quando verificamos a disponibilidade imediata do Presidente da União de Freguesias em dar resposta a estas ansiedades, estou convencido que esta disponibilidade vai ser alargada ao conjunto da Vereação. Este é o espaço próprio para colocar os principais problemas que afligem as pessoas.

Presidente da Mesa – Estamos a seguir um método que não é correto, que é o da “*as palavras são como as cerejas e umas atraem as outras*”, porque há uma situação de parada e resposta, que depois conduz àquilo que não deve de haver nesta Assembleia, o diálogo entre os Senhores Deputados. As intervenções têm que ter um princípio e um fim e serem conclusivas, podem despertar em todos os presentes várias opiniões e vários sentimentos, mas isso não obriga a que os vamos expressar perante os outros.

José Luis Barão (PS) – Relativamente à condução dos trabalhos. Há pouco o Sr. Presidente informou que teríamos pouco a ver com um assunto colocado por um cidadão, no entanto, tivemos durante estes largos minutos uma explanação, além de auto elogio por parte de eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal, acerca da União de Freguesias, que acho estupendo, mas sobretudo, declarações políticas sem direito ao contraditório, por parte de pessoas que aqui não estão, sem que estivéssemos habilitados documentalmente a fazer uma discussão política sobre aquilo que é a organização de uma junta de freguesia, que é autónoma relativamente ao município de Setúbal. As questões políticas/partidárias relativas à União de Freguesias não devem ser colocadas desta forma, sobretudo sem direito ao contraditório, por parte das bancadas que estão a ser visadas constantemente, por parte destes eleitos.

Vitor Ferreira (PS) – Esta bancada é solidária com aquela que é a opção de trabalho, a opção política da bancada do Partido Socialista na Assembleia da União das Freguesias de Setúbal. Também temos muita confiança naquilo que é o julgamento dos eleitores e por isso não estamos muito preocupados com essa terrível “praga” e estamos serenos. Lembrar que talvez fosse bom pensarmos que, se estamos a discutir as coisas sem as pessoas estarem cá, sem termos acesso aos documentos e às razões que levaram ao chumbo do orçamento, não é muito digno, não é muito próprio. A União de Freguesias de Setúbal é uma entidade complexa, é

13.

difícil de se gerir e vê-se, porque é preciso saber fazer os orçamentos, chegar a contas certas, a entendimentos com a oposição. Talvez fosse bom, antes de começarmos a falar sobre estas coisas, pensar um pouco sobre o assunto, porque este não é o espaço próprio para isso.

João Luz (CDU) – Senhor Presidente fazer um protesto por parte da bancada da CDU, porque foram aqui ditas coisas sem sentido, para não qualificar de outra forma.

Acabámos de ouvir duas intervenções bastante interessantes por parte da bancada do Partido Socialista. Uma referia que não estávamos em condições e que não devíamos discutir nesta Assembleia a vida da União de Freguesias de Setúbal. Imediatamente a seguir uma intervenção da própria bancada do Partido Socialista querendo discutir e aprofundar a discussão sobre a União de Freguesias de Setúbal.

Protesto no sentido de pedir à bancada do Partido Socialista que se entendesse, que definisse a sua posição e que fosse clara na forma como aqui intervém. Da nossa parte, digo e repito aquilo que dissemos na intervenção, a questão de fundo que colocámos é saber, do ponto de vista do Município, quais as questões que estão aplicadas relativamente à execução do Protocolo de Delegação de Competências. Não colocámos outra questão.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – É também para fazer um protesto Sr. Presidente.

Isto é algo inacreditável, porque se o Sr. Deputado do Partido Socialista coloca aqui esta informação como ponto de ordem, chamando a atenção que a CDU anda a fazer intervenções sobre esta questão e depois vem o seu líder de bancada precisamente continuar. Pelos vistos tem os dados e é sobre esses dados e a sua intervenção que o meu protesto se faz. O senhor falou em contas não corretas e gostava que explicasse isso muito bem. “Contas não corretas”, foi essa a sua afirmação e deve estar gravado em ata.

O Sr. Deputado está a fazer uma afirmação muito grave e gostava que explicasse. Já agora pedia ao Sr. Presidente que o Sr. Deputado esclarecesse o que está a querer dizer.

Presidente da Mesa – Não concedo a palavra para esse tipo de esclarecimento que está a pedir. É uma questão que será discutida em lugar próprio, mas não aqui na Assembleia, porque se não nunca mais acabamos esta questão e temos que avançar.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Vou começar pelas questões que foram colocadas pelo público, uma vez que também o Sr. Deputado Henrique solicitou a resposta.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Manuel Ryder, com o devido respeito, não deve ser exatamente assim e continuo a dizer que não tenho a informação dos processos, não os temos aqui e não posso dizer como é que estão, mas com certeza que os técnicos que fizeram essas fiscalizações não colocaram essa contraordenação, porque lhes apeteceu.

O processo tem que ter história, tem que ter enquadramento e estar aqui a colocar essa questão em relação às pessoas que lá foram fazer a fiscalização, sem termos conhecimento do processo, não dá para lhe dar agora a resposta.

Se quiser dirigir-se à Câmara Municipal ou à minha pessoa e pedir uma reunião, porque como pode entender entram milhares de cartas, milhares de *e-mails* todos os dias na Câmara Municipal e vêm normalmente dirigidas à Presidente da Câmara e em função do assunto são imediatamente encaminhadas para a área correspondente, não passando sequer por mim. A não ser que seja algo mais especial ou que tenha que ver com a minha área de atuação, como a

área financeira, a área do património, a área do turismo, todas as áreas que eu tenho, tirando isso elas vão diretamente para os vereadores correspondentes.

Se dirigiu alguma carta em relação a este assunto é evidente que foi diretamente para o urbanismo e a fiscalização, porque não passou sequer pelo meu gabinete, mas terei todo o gosto em falar consigo se quiser marcar uma reunião comigo e na presença dos processos e dos técnicos que fizeram essas contraordenações.

Em relação à situação da sua menina, infelizmente foi um caso que nos preocupou e que a Divisão de Educação acompanhou, o vereador acompanhou e foi à Escola. Aquela porta de segurança não pode ser fechada e o que aconteceu ali não foi um erro do funcionamento da porta, nem nada do que se pareça, foi uma falha humana. As pessoas que lá estavam na vigilância das crianças tiveram, infelizmente, alguma distração.

Depois podemos falar sobre isso, mas de qualquer modo o DOM está a tentar encontrar para aquela porta um outro tipo de sistema de fecho, mas ela não pode ser totalmente fechada, porque é uma porta lateral que dá para o lado da junta e é uma porta de segurança. Dá para o lado da junta e dá para a rua. Este assunto está a ser acompanhado e está-se a ver um novo sistema para a proteção das crianças. Também houve uma conversa com as técnicas que lá estavam e que deveriam ter tido cuidado no acompanhamento e vigilância das crianças.

Em relação à Azinhaga dos Espanhóis é a primeira vez que oiço isto, de qualquer modo nós temos conhecimento dessa azinhaga. Temos um projeto que se chama “Ouvir a população, construir o futuro” e visitámos essa azinhaga como visitámos todo o território das várias freguesias. A nossa fiscalização já tem o apontamento em relação à demolição dessas barracas e vamos ver como é que está o processo, se já houve notificação e se está haver acompanhamento. Se quiser poderá deixar o seu contacto para lhe podermos dar conhecimento do que está a acontecer em relação aos serviços, no tratamento dos proprietários dessas galinholas.

Relativamente às empresas Marítimo-Turística, assim que soubemos disto, já lá vai um mês e tal, pedimos uma reunião à APSS e tivemos conhecimento do que é que se estava a passar e tivemos também conhecimento das reuniões que estavam a existir entre o Sr. Presidente da APSS e os senhores das empresas Marítimo-Turística. Neste momento sabemos que o Dr. Vitor Caldeirinha está a colocar a hipótese de os antigos operadores continuarem no sítio onde já tinham os barcos. Julgo que isto vai de encontro às vossas preocupações até por causa da segurança dos vossos barcos. Sei que ele está a ponderar e nos serviços estão já a tratar que os antigos operadores fiquem nos lugares onde estavam e os novos operadores que venham a aparecer e venham a requerer novas licenças fiquem no lugar para onde vocês eram para ir.

Julgo que está a contento de todos, foi também conversado com vocês e ele achou que era melhor ficarem todos juntos nos novos espaços e como sabem tem havido uma grande abertura, um trato diferente da Administração do Porto e esta é mais uma demonstração disso mesmo. Várias vezes houve reuniões convosco e isto também é uma demonstração da diferença da postura e do tratamento destas questões. Quem tinha licenças antigas fica no mesmo lugar e as novas licenças têm que ir para os novos lugares.

Quanto às questões que o Sr. Deputado José Luís Barão colocou sobre a curva da ligação, de facto já foi falado na nossa reunião de câmara na passada quarta-feira e foi colocado pelo Sr. Vereador Fernando Paulino. Não foi a única vez que este problema apareceu, até pelos acidentes que têm havido naquele local. Os nossos serviços já estão a tentar fazer ali retificações, o projeto da Várzea já está num estado adiantado de primeiro esboço, porque ele depois vai ser discutido na vereação, onde vai ser uma discussão mais alargada. Nesse primeiro anteprojecto já estamos ali a ponderar fazer alterações a essa curva.

Senhor Deputado Manuel Esteves a Rua Francisco Rodrigues Simões em relação às águas da chuva e aos sumidores, é um problema muito complicado, não é de difícil resolução técnica, é

13.

de difícil resolução financeira, porque tem que ser tudo levantado para se colocarem sumidoures que deveriam ter sido feitos quando aquela urbanização foi feita. Não tem nada que faça a condução, o encaminhamento das águas para uma tubagem que possa acolher o grande caudal das chuvas. Quando chove mais e como tem uma grande inclinação cria-se ali um problema muito complicado, mas os nossos serviços têm estado a acompanhar a situação juntamente com a Sra. Presidente da Junta, que está sempre a colocar este problema e esta preocupação. Vamos ver se rapidamente e com a melhoria do tempo conseguimos minimizar, porque fazer uma intervenção de fundo não é para já. Se conseguirmos pôr ali meia cana nas partes laterais para o encaminhamento das águas já não era mau, já se conseguia ali minimizar alguma coisa.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Henrique Guerreiro, já respondi àquelas três e quanto à questão da CHE Setúbal houve de facto aqui um atraso dos nossos serviços, porque o Vereador deu atempadamente a resposta como até viram pela carta, que ficou na mesa de alguém e saiu já muito tarde e pedimos desculpa por isso.

A resposta em relação ao indeferimento das taxas está ainda a ser avaliada tendo em linha de conta que neste momento há ali algum acerto em relação às escrituras que vocês sabem qual é o valor. De qualquer modo quando foi colocada esta questão do indeferimento, isto teve a ver apenas com este aspeto. Temos muitas situações para resolver, não são propriamente AUGIS, e todas estas urbanizações que estão por legalizar como a Cova da Canastra, o Bairro da Liberdade que é muito grande, o Casal das Figueiras que também já teve isenções. Há cerca de três ou quatro anos houve um pedido que foi feito pelo Presidente da Cooperativa na altura, que salvo erro era o Sr. Catarino, que nos solicitou que fizéssemos ali uma intervenção, a qual foi feita em três fases para nos substituímos à Cooperativa que na altura não tinha capacidade para fazer essa intervenção. Estamos a falar de uma intervenção de 37.918,00€, salvo erro. Pagámos uma obra que deveria ser paga pela Cooperativa, porque foi no seu espaço. Estamos a falar de vinte e tal mil euros a isenção que está agora em causa, salvo erro é esse o valor da isenção, não tenho aqui o processo. Fizemos as contas e havia ainda um saldo a nosso favor à volta de 10.000€. Foi isto que os serviços fizeram e a isenção está praticamente feita.

Temos que fazer “isenções” porque achamos que é correto ajudar uma série de entidades que têm um trabalho extremamente importante no nosso Município e têm que ver com o interesse público, mas temos que ir doseando.

Como houve essa intervenção na colocação de rega automática, foi uma intervenção bem grande e fomos nós que pagamos, fizera este acerto de contas e daí ter respondido desta forma. De qualquer modo estamos ainda a avaliar, uma vez que chegou novamente um pedido vosso à Câmara Municipal e os serviços de urbanismo estão ainda a ver a possibilidade de se fazer a isenção na totalidade ou em parte. No entanto tem havido diálogo com a Cooperativa, quer pelo meu Chefe de Gabinete, quer pela parte do Urbanismo e vai com certeza continuar a existir esse diálogo no sentido de haver alguma resolução em relação a esta situação.

As escrituras estão para breve, como vocês sabem, finalmente houve o registo na Conservatória de todos estes lotes e que foi um processo complicadíssimo. Estamos na fase final em relação à isenção, mas os serviços competentes vão ainda falar convosco. Não tenho aqui o resultado disso para vos dar mais detalhes, de qualquer modo sei que esta questão está a ser acompanhada pelo Vereador André Martins e há de haver ainda mais reuniões convosco.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado João Luz no que respeita à transferência de competências da União das Freguesias é evidente que é aqui que tem que ser falado, porque ela foi votada aqui e por unanimidade. É evidente que esta questão nos preocupa em demasia e há aqui um contrassenso que não se justifica, aqui é votado por unanimidade e as mesmas forças partidárias votam na Assembleia de Freguesia contra o orçamento. Como é que se aplica a descentralização de competências se não tem cabimento no orçamento?

B

Algo que não bate bem em relação ao orçamento, esta questão tem que ser discutida em sede de União de Freguesias, como é óbvio, mas em relação à descentralização de competências tem que ver com a relação da Câmara Municipal com a União de Freguesias, como não pode deixar de ser. Foi aqui que foi votado, foi votado na União de Freguesias essa descentralização de competências que é feita pela Câmara, a qual transfere o dinheiro, e em nossa opinião é aqui que estas questões têm que ser colocadas.

Dizer ainda que se a descentralização de competências não tivesse sido um êxito não havia o pedido por parte das populações que na freguesia ao lado ou na rua ao lado têm o serviço da descentralização de competências por parte da Junta de Freguesia e às vezes não está a ser tão bem acompanhado pela Câmara Municipal que é logo na rua ao lado. Têm estado a solicitar o alargamento dessa descentralização de competências e foi isso que aconteceu e ainda bem que aconteceu aqui na União de Freguesias. Significa que o trabalho é bom, porque se não as pessoas não perguntavam porque é que a Câmara não transfere para a Junta de Freguesia esta competência e foi isso que aconteceu.

Acho muito mau e as populações têm que ser informadas disto. A Câmara Municipal não pode continuar a transferir o dinheiro em relação a esta descentralização de competências, porque não está a ser aplicado, não tem cabimento no orçamento atual e não pode ser descentralizado. Dois meses já foram transferidos sempre na expectativa de com diálogo dentro da freguesia a situação se resolvesse e uma vez que não se resolve, em minha opinião e na opinião da vereação, a população já deveria saber disto. Se é aqui, e bem, que as situações devem ser informadas especialmente quando há público, e ainda bem que está cá público, para saberem que a descentralização de competências para a União das Freguesias de Setúbal não foi feita, pesa embora o facto de estar o dinheiro depositado na conta da freguesia, uma vez que foi aqui decidido por unanimidade e na freguesia também. O trabalho está a ser feito com alguma dificuldade, com algum esforço dos próprios trabalhadores da freguesia que se estão a disponibilizar a fazer até horas extraordinárias e a fazerem mais do aquilo que deveriam fazer para que esse trabalho seja cumprido.

Esta situação tem de ser denunciada. Não percebo porque é que a União das Freguesias não denunciou esta situação. Não percebo porque é que a União das Freguesias ainda não pôs esta situação na rua. É só isso. É evidente que esta situação tem de ser denunciada.

Em relação à Azinhaga dos Espanhóis, questão colocada pela Sra. Deputada Maria do Rosário, já disse que não tenho agora ideia do que é que está a ser planeado para aquela zona, mas posso enviar um *e-mail* sobre o que é que está a ser feito se me der o seu contato. O livrinho do projeto “Ouvir a população, construir o futuro” em relação à Freguesia de São Sebastião já está feito e deve constar o que é que está planeado para a Azinhaga dos Espanhóis.

O descampado da zona da Escola Luísa Todi é privado, de qualquer modo a Junta de Freguesia de São Sebastião com um trabalho excecional fez todo aquele passeio em terreno privado com autorização dos proprietários, porque as pessoas de facto caminhavam ali e os miúdos da escola iam na lama, na terra ou iam no asfalto e foi a Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal em relação à cedência de materiais, que fez aquele passeio enorme. Fez também connosco aquele pequeno estacionamento de apoio ao pessoal docente e não docente que trabalham naquela escola, o estacionamento também está nesse terreno e também foi com autorização que se fez. O resto do terreno está loteado e ainda não têm nada previsto para aquele lugar.

Tomámos boa nota do pedido do Sr. Deputado Joaquim Marcelino em relação à poda das árvores, porque aquelas árvores são do pior. Não plantamos uma, mas já tirámos dezenas e dezenas de árvores, que são plátanos, e que causam aquelas alergias horrorosas por todo o concelho. São árvores de grande porte e crescem muito rapidamente e a determinada altura

13.

decidiu-se pôr uma série de árvores dessas para crescerem rápido e agora nós andamos a tirá-las, porque causam alguns problemas de saúde.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Batista, a Capela do Cemitério Nossa Senhora da Piedade era em contra partida com a construção do Forno Crematório do Cemitério da Paz, a qual já devia estar feita. Estamos a pressionar e, se calhar, ter que acionar a garantia bancária para se fazer a Capela. É pequenita, mas causa alguma moossa quando se mexe na garantia bancária. Há dificuldades financeiras por parte da empresa que construiu o forno e continuamos a pressionar, mas não consigo dar ainda datas. É a Capela do Cemitério Nossa Senhora da Piedade que está no caderno de encargos como contra partida da construção do forno.

Quanto aos ecopontos, como sabe são da responsabilidade da AMARSUL, a qual está com alguns problemas, teve aquela privatização por parte da EGF, há o compromisso do Governo de reversão para os Municípios da própria AMARSUL. Vamos ver se conseguimos essa reversão.

O serviço começou a piorar, mas já não estava bem e piorou grandemente. Começaram a desaparecer aquelas caixas das pilhas que estavam acopladas aos ecopontos, especialmente com aquelas queimas quando alguém se diverte a deitar fogo aos ecopontos. Os ecopontos são substituídos, mas as caixas do pilhão a AMARSUL nunca mais as colocaram e temos feito pressão. O pilhão não devia estar no mesmo sítio dos ecopontos, mas nunca mais foram colocados novos e depois com a EGF então... Isto agora está neste impasse e nesta discussão é escusado, não conseguimos mesmo ter respostas em relação a esta situação.

Ali a Sra. Deputada tem sempre umas intervenções fantásticas e acho que esta ideia é fantástica e vamos colocar esta situação no setor cultural para quando fizerem o guia de eventos a colocarem, até porque vamos conseguir alguns patrocinadores que vão pagar a feitura do Jornal Municipal e assim fazia-se publicidade no Guia de Eventos e no Jornal Municipal. Era extremamente interessante não pagar o patrocínio, como é óbvio, mas fazer promoção a essas livrarias acho que uma coisa pode ajudar a outra, porque são inovações nos nossos meios de comunicação.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Albérico Afonso, estivemos a discutir isso ontem, o Dr. Augusto Mateus reativou o nosso Plano Estratégico que já estava muito avançado. De qualquer modo ele estava com um trabalho muito grande na Área Metropolitana de Lisboa por causa do PEDU (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano), que tem que ver com os fundos comunitários do Programa 2020 e de repente ele teve que lá dar uma ajuda. Já acabou esse trabalho e está de volta ao município para que daqui a quatro ou cinco meses, segundo o Dr. Augusto Mateus, esteja pronto para discussão o Plano Estratégico de Setúbal.

Estava-me a esquecer das ilhas ecológicas. Temos estado a retirar os contentores verdes e já colocámos 69 contentores moloks, porque têm aquela segurança para não “voarem” nas ruas, caírem no chão e espalharem o lixo. Colocámos seis ilhas ecológicas de três mil litros, as outras são de cinco mil litros, mas são mais baratos os moloks do que as ilhas ecológicas, que era o que gostaríamos de ter. De qualquer modo em relação à Av. Luísa Todí não prescindimos de ter ali as ilhas ecológicas, de uma ponta à outra, mas ainda não chegaram até ao fundo da avenida.

Já investimos de cerca de 250.000€ e criámos também 14 “blue bees”, de cinco mil litros.

c) Saudações, Votos e Moções

Ausentou-se da sala de sessões, Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal).

João Luz (CDU) – Leu a Saudação “XIII Congresso da CGTP-IN”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

“Saudação

XIII Congresso da CGTP-IN

A maior central sindical portuguesa, a Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), realiza hoje e amanhã, na nossa Região, em Almada, o seu XIII Congresso, sob o lema «Organização, Unidade e Luta! A força dos trabalhadores! – Emprego com Direitos, Soberania, Progresso Social».

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2016, entendendo que aos trabalhadores é possível, urgente e necessário repor, defender e conquistar direitos, saúda a CGTP-IN e o seu Congresso e, por seu intermédio, todos os trabalhadores que agem e lutam pela dignificação do trabalho.”.

Não havendo intervenções, foi a Saudação aprovada por maioria, com 36 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 5 do PSD/CDS e 2 abstenções, 1 do PS e 1 do AC.

Regressou à sala de sessões, Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal).

Catarina Pereira (CDU) – Leu a Moção “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

“Moção

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março

***Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa,
livre de desigualdades e discriminações***

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, durante a segunda Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga, 1910), de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.

O Poder Local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de Março em liberdade, em 1975.

O Poder Local tem um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho de Setúbal.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a reposição dos quatro feriados suspensos; o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos; a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 26 de Fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.”.

Manuel Fernandes (PS) – Em relação a esta moção obviamente que me associo com todo o gosto, mas gostaria ainda assim de tecer aqui alguns comentários no seguinte sentido, os últimos dados conhecidos remontam a 2013 no que diz respeito à desigualdade de género, mais concretamente na área do mundo laboral.

O que existe foi tornado público em novembro de 2015 pelo Fundo Económico Mundial e decorre de um estudo, quer da OCDE, quer do Eurostat, que revela que em Portugal nos últimos anos, mais concretamente desde 2008 onde já existia uma disparidade salarial entre homens e mulheres a favor dos homens em cerca de 9,2%, essa disparidade agravou-se com a crise que se acentuou. Atualmente, remontando aos dados de 2013, essa disparidade passou para 13%, ou seja, os homens ficaram ainda a ganhar mais em condições de igualdade perante o mundo do trabalho em relação às mulheres.

Isto é obviamente uma situação que não deixou passar em claro algumas entidades do nosso concelho e gostaria aqui de frisar a SEIS, que dentro do programa que foi criado em 1994, é uma instituição setubalense que se debruça durante todo o mês de março num programa chamado “Março Mulher”, o qual é essencialmente acerca do que é problemático em redor da mulher. Também outras entidades se associaram a este projeto, nomeadamente a UGT Setúbal que, e deixando o convite, lançou o debate sobre esta temática “A desigualdade salarial entre homens e mulheres” que irá ocorrer no Auditório do Mercado do Livramento no próximo dia 1 de março, à tarde, com dois painéis onde se irá debater a forma como inverter estas desigualdades de género e se é uma rutura que decorre da cultura ou se é uma opção de quem está à frente das instituições em fazer estas desigualdades ou acentuá-las entre homens e mulheres.

Esta moção vem muito a propósito e associo-me a ela com todo o gosto, é um tema muito atual e que infelizmente voltámos a colocar em cima da mesa, porque este agravamento entre homens e mulheres, principalmente no mundo laboral acentuou-se nos últimos anos com a crise.

Maria do Rosário Amaral (BE) – É só para reforçar um bocadinho o que já foi dito. Realmente era bom estarmos aqui e não ser preciso, se calhar, fazer uma moção e com certeza que nos associamos a esta moção, porque cada vez mais o papel das mulheres é muito importante.

Como foi referido, o mercado de trabalho é cada vez mais hostil às mulheres. Tive conhecimento de alguns casos e uma das perguntas que faziam numa entrevista para emprego a uma jovem mulher já com um filho, o que era mais importante para ela, a família ou o trabalho e se pensava em ter mais filhos. Isto é algo inconcebível de ser feito numa entrevista para um trabalho. Também sei de um caso de uma outra jovem que ficou grávida e quando acabou o contrato e já não o renovaram.

Todos estes casos de violência contra as mulheres cada vez está mais na ordem do dia e não só no nosso país, mas nos outros países e principalmente nos países de extremismos religiosos onde cada vez mais o papel da mulher é suprimido e as mulheres são amordaçadas por esse mundo fora, como a questão dos refugiados em que as principais vítimas são as mulheres e as crianças.

Com certeza que o Bloco de Esquerda se vai associar a esta moção.

Não havendo mais intervenções foi a Moção, aprovada por unanimidade e em minuta.

João Luz (CDU) - Apresentou a Moção, conforme documento arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

“Moção”

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

No quadro da chamada reestruturação da Segurança Social, o Governo PSD-CDS “requalificou” funcionários, afetando especialmente aqueles que trabalhavam na área social. No caso de Setúbal, em relação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o famoso corte nas gorduras do Estado resultou na cessão de funções, em Fevereiro de 2015, de duas técnicas, com grande experiência e conhecimento da realidade do concelho.

O trabalho das comissões é vasto. Em Setúbal, as três técnicas a tempo inteiro gerem 296 processos. É necessário avaliar as situações, instruir e acompanhar os processos, elaborar os relatórios, ouvir crianças, negociar com as famílias, fazer visitas domiciliárias, aplicar medidas. Os recursos humanos são insuficientes, a proteção das técnicas escasseia e existem constrangimentos logísticos. Não há respostas em pedo-psicologia para os jovens que assumem comportamentos desadequados, nem acompanhamento pedo-psiquiátrico na doença mental, salvo nas urgências.

Para minimizar esta falta de meios provocada pelas suas opções políticas, o Governo de Passo Coelho decidiu alterar a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Atente-se as seguintes disposições da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro:

- Art. 19º, n.º 2

“O exercício de função na Comissão Alargada pressupõe a afetação dos comissários ao trabalho efetivo na comissão, por tempo não inferior a oito horas mensais, a integrar o período normal de trabalho”.

Assim, todos os representantes de instituições que integrem a Comissão Alargada ficam obrigadas a disponibilizar 8 horas por mês em detrimento da instituição de origem.

No caso dos quatro cidadãos eleitos em Assembleia Municipal, pergunta-se quem será responsável para o pagamento destas horas?

- Art. 14º, n.º 1

“O apoio ao funcionamento nas vertentes, logística, financeira e administrativa é assegurado pelo município...”

No n.º 3:

O apoio financeiro consiste na disponibilização de:

- a) um fundo de maneiio a definir pela Comissão Nacional...*
- b) verba para contratação de seguro que cubra os riscos que possam ocorrer no âmbito do exercício das funções dos comissários.*

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2016, delibera:

- 1. Manifestar o seu entendimento de que a missão das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é demasiado importante para depender da «boa vontade» pedida pela Comissão Nacional, sendo indispensável ter meios financeiros adequados e profissionais formados e motivados para o cumprimento dessa missão que, tantas vezes, é a única ajuda disponível para estas crianças e jovens;*
- 2. Considerar profundamente desadequado que o sub-financiamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo seja colmatado com um «voluntariado obrigatório» e com obrigações e custos transferidos para os municípios, numa formulação legal que, violando o princípio da autonomia local, coloca a Comissão Nacional a definir quais os custos que os municípios devem suportar com o funcionamento das referidas Comissões;*
- 3. Afirmar que não cabe aos membros da Comissão e muito menos aos quatro cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal de Setúbal, «cidadãos eleitores preferencialmente com especial conhecimento ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo», substituir com trabalho «voluntário obrigatório» necessidades de trabalho permanentes, às quais devem corresponder postos de trabalho, ocupados por profissionais dotados de formação especializada e com os meios adequados ao cumprimento das suas funções à sua disposição.*
- 4. Solicitar à Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares a urgente revisão da Lei, revertendo o processo de crescente desresponsabilização da Administração Central pela protecção de crianças e jovens em risco.*
- 5. Em caso de aprovação, para conhecimento, enviar esta Moção à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal, à Comissão Nacional, ao Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, à Área Metropolitana de Lisboa, à Associação de Municípios da Região de Setúbal, aos órgãos de comunicação social.”.*

João Luz (CDU) – Como é do conhecimento de todos, nos últimos anos o Estado Português, na sequência de um conjunto de famosos pensadores sobre o que é a reforma do Estado, imbuídos do espírito da reforma têm cortado naquilo a que chamam gorduras do Estado. Pensadores como Passos Coelho, Paulo Portas, Miguel Relvas ou Mota Soares executaram e ficou conhecido aquele documento profundo de meia dúzia de páginas sobre a reforma do Estado que o Dr. Paulo Portas nos ofereceu. No caso das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, o anterior Governo do PSD/CDS resolveu cortar nas tais gorduras para termos um Estado mais eficaz, mais oleado, algo mais capaz de responder às reais necessidades das populações. Sempre apresentado desta forma foi dotando a Administração Pública de muito melhores condições como se tem visto e como hoje é visível para todos nós. Nesse sentido o que se passa nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco é, na nossa opinião, de extrema gravidade, porque foram dispensados quadros e profissionais com grande experiência.

No segundo parágrafo desta moção queria que se fizesse a correção da expressão “sessão” para “cessação”, é um erro que aí está. No caso da realidade da concelhia de Setúbal, esta situação levou à diminuição de técnicos afetos a estas comissões e em simultâneo há as transferências para as Autarquias Locais de custos associados ao funcionamento destas comissões com características interessantes. Legalmente julgo que é a primeira vez que me deparo com esta situação em que todos os municípios ficam obrigados à disponibilização de um fundo de maneio para o funcionamento destas comissões que é decidido pela Comissão Nacional.

Do ponto de vista do que é a autonomia de gestão dos municípios diz tudo sobre o entendimento que o anterior Governo teve do princípio constitucional da autonomia do Poder Local.

O que trazemos a esta Assembleia com esta moção é a afirmação de que estas comissões devem ter os meios financeiros e humanos necessários para o cumprimento da sua missão e que a instituição de um voluntariado obrigatório, colocando os membros da comissão a trabalhar no mínimo 8 horas por mês, sem que aparentemente sejam remunerados para isso. Este voluntariado obrigatório foi instituído pelo Governo do PSD/CDS e nós entendemos que os custos de funcionamento não podem ser atirados para cima dos municípios e dos membros das comissões, designadamente dos membros que foram eleitos e indicados por esta Assembleia Municipal.

Não faz qualquer sentido que postos de trabalhos efetivos sejam substituídos por “trabalho voluntário” e, no caso dos membros desta comissão, indicados pela Assembleia Municipal, por isso cabe-nos também perguntar quem paga essas horas que supostamente teriam que estar afetos.

É uma moção que vem no sentido de apelar à Assembleia da República e ao Governo a urgente revisão desta lei, revertendo o processo de responsabilização que a Administração Central tem tido em matéria de proteção de crianças e jovens em risco, quando sabemos que em muitos casos, infelizmente, estas comissões são o único apoio, a única ajuda que muitas crianças e jovens têm.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – É só para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado João Luz. Esta comissão de que fala é uma para a qual nós também indicámos pessoas? Já agora queria alertar para o facto das reuniões dessas comissões serem feitas em horas impróprias para algumas das pessoas que pertencem à comissão e que não colaboram, se calhar, como queriam por causa disso. De resto não sabia efetivamente do que se estava a passar.

Não havendo mais intervenções foi a Moção, aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 4 do PSD/CDS, 3 do BE e 1 do AC, e 1 abstenção do Deputado Eduardo Pinto.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades anual 2015.

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Carmina Ferreira (PS) – Sobre a parte do desporto no Relatório de Atividades gostaria só de dar os parabéns à autarquia pela recuperação da pista de atletismo na parte do tartan e sugerir, já que somos uma das cidades europeias do desporto, fazemos os campeonatos nacionais de atletismo da primeira e segunda divisão aqui em Setúbal. São oito equipas masculinas e oito equipas femininas da primeira divisão e segunda divisão, são cerca de 700 atletas, onde estarão alguns atletas olímpicos como o Nelson Évora, a Sara Moreira, a Jéssica Augusto, o que reverteria a favor da cidade. Não sei se esta hipótese está contemplada?

Presidente da Câmara – Vão realizar-se os campeonatos.

Carmina Ferreira (PS) – Vão fazer os campeonatos nacionais da primeira e segunda divisão em julho? Ótimo. Ainda bem, fico contente.

2. Deliberação n.º 18/16 – Proposta n.º 02/2016 – DAAE – Regulamento do Conselho Cinegético Municipal de Setúbal

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade.

O Sr. Deputado Paulo Calado (PSD/CDS) sugeriu que no documento apresentado seja alterada a designação de “Administração” por “Entidade Pública Responsável” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32).

Paulo Calado (PSD/CDS) – A minha intenção ao ter feito aquela sugestão na comissão era propor essa alteração aqui na Assembleia. Talvez no plural, porque são várias entidades públicas responsáveis em vez de “Administração”.

A expressão “Administração” no regulamento como consta é uma expressão até anglo-saxónica, não é uma expressão habitualmente utilizada nos nossos normativos, nas normas sejam elas regulamentares ou legais. Não é comum utilizar a expressão “Administração” para se referir ao Estado ou às Direções-Gerais ou aos Institutos, ao que for. Penso que Entidades Públicas Responsáveis será o mais indicado, foi o que me lembrei na comissão e propunha aqui na Assembleia, porque julgo que é necessário fazê-lo formalmente.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

3. Deliberação n.º 29/16 – Proposta n.º 12/2016 – DAFRH – Empréstimo a curto prazo – 2016 (Adjudicação)

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberaram dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e AC, 1 abstenção do PS e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não tendo havido intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 5 votos contra do PSD/CDS e 13 abstenções, 10 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Joel Marques (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apenas para dizer que o Partido Socialista se absteve nesta votação exclusivamente, porque o destino deste empréstimo é a liquidação da dívida a fornecedores.”*.

4. Deliberação n.º 30/16 – Proposta n.º 13/2016 – DAFRH – Empréstimo a médio e longo prazo (Adjudicação)

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e AC e 2 votos contra do PS e PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

5. Deliberação n.º 33/16 – Proposta n.º 16/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Caducidade do contrato de fornecimento contínuo de 1.575.000 litros de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal, pelo período previsível de 24 meses, ao abrigo do Acordo Quadro celebrado com a entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. adjudicado à empresa REPSOL Portuguesa, SA

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Carmina Ferreira (PS) – Sobre a caducidade do contrato de fornecimento de mais de um milhão e meio de litros de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal pelo período de 24 meses, suscita-nos curiosidade saber que documentos é que o Tribunal solicitou à Câmara e se eventualmente tem a ver com o elevado número de combustível que é solicitado.

Vice-Presidente da Câmara – A informação que tenho é que se trata de um problema com fundos disponíveis e por isso ter havido aqui essa dificuldade e que teve de ser ultrapassada. Como é normal não tem a ver com a avaliação dos consumos se são mais ou menos e não cabe ao Tribunal fazer esse tipo de apreciações.

Carmina Ferreira (PS) – Não me sinto esclarecida e peço imensa desculpa. Perguntei que tipo de documentos é que foram solicitados.

Presidente da Mesa – Não sei até que ponto é que neste momento o executivo terá dados para corresponder a essa sua pergunta, mas de qualquer maneira ponho à consideração para eventual resposta.

Tem a palavra.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não está aqui de momento na sala, mas a informação que eu tenho é que no momento da apreciação do

Tribunal era um problema de não existência de fundos disponíveis e que a Câmara Municipal entendeu desenvolver procedimentos no sentido de garantir o abastecimento normal da frota municipal. Não tem a ver com consumos mais ou menos, não é essa competência e nem o Tribunal faz esse tipo de avaliações. De qualquer forma é a informação que disponho no momento e fica a garantia de que a resposta à pergunta concreta que a Sra. Deputada faz será informada por escrito relativamente aos documentos que foram solicitados.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 23 votos a favor, 19 da CDU, 3 do BE e 1 do AC, e 15 abstenções, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Senhor Presidente esta bancada estava a pensar, como votámos na comissão a favor, mas em resposta a uma pergunta muito apropriada de um elemento de outra bancada ficou manifesto que o executivo não tinha e nem demonstrou a menor capacidade de dar qualquer explicação. Mais estranho ainda quando é um tema que está em discussão, não é nenhum tema em que o executivo foi apanhado de surpresa. Às vezes fazemos perguntas e o executivo pode não estar preparado para dar informação. O que acontece é que é um assunto de um dos pontos da Ordem de Trabalhos e faz-se uma pergunta e o executivo não responde. Total desconhecimento. Ou é desconhecimento ou é falta de respeito por esta Assembleia ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo. É só isso.*

Por isso é que nos abstivemos, porque é um assunto menor, a caducidade do contrato, mas o que demonstra é uma total falta de respeito e de preparação num assunto simples que está num ponto da Ordem de Trabalhos. Acho uma... Enfim! Não tenho palavras para isto.”.

Carmina Ferreira (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Senhor Presidente abstivemo-nos exatamente, porque os senhores não nos responderam à questão apresentada. Ficamos a aguardar por escrito a resposta e não vemos porque é que isto há de ter ido a votação.”.*

6. Deliberação n.º 36/16 – Proposta n.º 04/2016 – DURB/DIPU/GAPU – Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de estabelecimentos e explorações no concelho de Setúbal, ao abrigo do D.L. n.º 165/2014, de 05 de Novembro – Exploração Pecuária Monte dos Ratinhos (Amaro Fernando Martins dos Santos) – Freguesia Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

7. Deliberação n.º 43/16 – Proposta n.º 08/2016 – DAFRH/DIRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal da carreira não revista de Bombeiro Sapador, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 30º, n.ºs 4 e 5, da Lei Geral do Trabalho em

Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e 64.º, n.º 2, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU, AC e PS, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 5 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

8. Discussão e aprovação do regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança

Vitor Ferreira (PS) – Na Comissão Permanente quando estivemos a analisar o documento colocaram até a dúvida se seria possível ou não e propusemos que a Administração do Porto de Setúbal e de Sesimbra e a Aiset pudessem integrar também o Conselho. Na altura falámos sobre isso e o Sr. Presidente, julgo, que se mostrou disponível para tentar perceber porque é que não integravam, se podiam integrar e se havia recetividade à proposta. Estou a falar sobre isso precisamente para que antes de votarmos possamos perceber o ponto da situação.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Ia fazer precisamente a mesma pergunta.

Presidente da Mesa – Segundo me informaram, as razões da não presença dessas entidades como constituintes e constantes do regulamento é simples e será de que a entidade alternativa que foi falada na Comissão Permanente, a Associação de Industriais de Setúbal – Aiset, não é a entidade substituta, é uma entidade diferente da AERSET que deixou de existir, não é a mesma entidade, é uma outra pessoa coletiva. Não se tratava aqui de substituir, não seria um semelhante que substituiria quem deixou de estar presente. Esta é a explicação.

Aliás é sabido que a constituição, este elenco de entidades que participa no Conselho de Segurança faz parte da lei e não é propriamente proposto pela Assembleia consoante a opinião da própria Assembleia.

Esta será a explicação para a não presença de uma entidade substituta que por equívoco nós considerávamos que seria semelhante e que a Aiset poderia substituir a AERSET, não pode e essa é a razão pela qual não consta do regulamento.

Em relação à APSS, ela participa de facto em algo que tem semelhança com a segurança, mas não é, ela faz parte do Conselho Municipal de Proteção Civil. Essa será a razão e também porque por lei não deve constar no Conselho Municipal de Segurança que lá não está presente. De qualquer modo não deixa de ser reconhecido a importância dessa entidade que participa, como disse, no Conselho de Proteção Civil.

Não sei se a explicação dada é o suficiente.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação à APSS acho que sendo uma instituição importante no nosso território acho mal que não faça parte desta estrutura, mas...

Agora em relação à outra associação, ela não substitui a AERSET, porque tem uma origem completamente diferente, mas que complementa a representação das atividades empresariais do Distrito e do Concelho de Setúbal, isso representa. Se a Associação de Comércio, Indústria

e de Turismo do Distrito de Setúbal representam as empresas de média e pequena dimensão, a outra representa as grandes empresas industriais do Distrito e particularmente da Península de Setúbal onde estão as principais empresas industriais que existem no Concelho de Setúbal. Por isso acho que têm um impacto muito grande nas questões de segurança, muito mais do que Associação de Comércio, Indústria e Turismo do Distrito de Setúbal, por isso se a Câmara Municipal tem protocolos de ligação com estas grandes empresas, particularmente as que existem na Península da Mitrena, mas não só, acho estranho que essa associação onde estão as grandes empresas industriais da Península e do Concelho de Setúbal não esteja aqui representada.

Apesar do Conselho Municipal de Segurança com a sua estrutura torna-se um pouco relevante, porque um concelho com tantas dezenas de pessoas é sempre complicado funcionar, mas já que tem tantos representantes, esta associação deveria ser convidada a participar, na minha opinião. Além disso é uma associação a nível das questões da segurança, na ótica da proteção de pessoas e bens e que tem um impacto maior que alguma vez teve a AERSET. Estou a falar do Concelho de Setúbal e noutros concelhos do Distrito, por isso acho que se deveria repensar a inclusão dessa associação empresarial neste Conselho.

Presidente da Mesa – Não sei até que ponto é que há entidades que podem participar a título de convidados nestes conselhos e até que ponto é que o executivo pode tomar a iniciativa de convidar se considerar tal e integrar a convite.

João Luz (CDU) – Da parte da CDU e na sequência da discussão que tivemos na Comissão Permanente, não veem nenhum inconveniente em que ao nível da proposta do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança se incluam estas entidades.

Haver um convite quer à Administração do Porto, quer à ASET para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, entendemos que pode fazer sentido a participação no quadro de um órgão desta natureza.

José Luís Barão (PS) – Senhor Presidente vem no mesmo sentido da intervenção do Sr. Deputado João Afonso Luz e dizer-lhe ainda a título de contributo positivo para o debate que não há qualquer obstáculo legal para que as associações integrem este conselho, até porque o que refere a i) do artigo 5.º da Lei n.º 106/2015, que altera a Lei dos Conselhos Municipais de Segurança, refere que *“Os responsáveis das associações económicas, patronais e sindicais em número a definir no regulamento de cada conselho.”*. Registo com apreço esta abertura para alteração da proposta.

Presidente da Mesa – Há aqui uma proposta de alteração ao n.º 3 do regulamento e essa proposta de alteração é de facto a integração destas entidades como constituintes desse mesmo conselho.

João Luz (CDU) – Aquilo que nós propúnhamos era a aprovação do regulamento tal e qual como está hoje, no tal figurino, com a orientação e o consenso de que o executivo da Câmara Municipal convidará estas entidades a fazerem parte do conselho e aí alteraremos o regulamento. Porque estarmos a incluir já hoje entidades que não foram contatadas e que não sabemos se aceitam parece-nos desadequado. A proposta que fazíamos era neste sentido se houver acordo.

Presidente da Mesa – Parece-nos que é consensual essa opinião e vamos por à votação exclusivamente o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, naturalmente sem que

seja olvidado este reparo de que as entidades aqui mencionadas hão de ser contatadas para se saber se estão ou não disponíveis a integrar.

Não havendo mais intervenções, foi o regulamento aprovado por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por maioria, com cinco abstenções em vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis, contém vinte e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era zero horas e vinte minutos do dia vinte e sete de fevereiro, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos

Verificada por: Ana Cristina Claro

Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa